

As “Classes Perigosas” Habitam as Favelas: um Passeio pela Crônica Policial no Período das Reformas Urbanas

Romulo Costa Mattos*

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o discurso sobre as favelas durante as reformas urbanas de Pereira Passos e Rodrigues Alves, com base na grande imprensa do período. Atenção especial será dada à questão da estigmatização das favelas, que cresceram de forma expressiva nesse contexto, em virtude da grande demolição de habitações coletivas. Desde então, as favelas passaram a ser consideradas pelos jornalistas como os principais territórios das “classes perigosas” do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: favelas; imprensa; Primeira República.

Abstract

The “Dangerous Classes” Inhabit the Favelas: a Tour on the Police Chronicles During the Urban Reforms Period.

This article intends to analyze the discourse on the favelas (slum quarters) during the urban reforms of Pereira Passos and Rodrigues Alves, based on what had been written by the press of that period. Special attention was given to the stigmatization of the favelas, which expanded in an expressive way those days, due to the massive demolition of the collective housing. Since then, the favelas have been considered by the journalists as the main territories of the “dangerous classes” in Rio de Janeiro.

Key words: slum quarters, press, First Republic.

* Rômulo Mattos é doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: reformas urbanas, habitação popular, imprensa, literatura e música popular brasileira.

O surgimento e a consolidação das favelas no tecido urbano carioca remontam à Primeira República. Embora esse período da História tenha sido bastante pesquisado, principalmente nos anos 1980, o estudo das favelas ficou em segundo plano, tendo os autores se dedicado mais à análise dos cortiços – o que talvez se explique pela farta documentação oficial produzida a respeito dessa última forma habitacional¹. Contribuindo para o preenchimento de tal lacuna, este trabalho focaliza o discurso sobre as favelas na grande imprensa da cidade do Rio de Janeiro, durante as reformas urbanas de Pereira Passos e Rodrigues Alves. Para tanto, selecionamos os cinco principais jornais da época, em termos de poder político e circulação: *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio* e *O Paiz*².

Nesta análise, privilegiamos o ano de 1905, por se tratar de um contexto em que os impactos sociais das reformas urbanas, iniciadas em meados de 1903, passaram a ser percebidos mais claramente pela sociedade carioca. Houve, sobretudo, um forte clamor popular relacionado com o agravamento da crise de moradias, tendo em vista que as demolições de cortiços e “casebres” foram um dos mecanismos básicos da execução dos melhoramentos urbanos³. Acrescente-se a essa conjuntura o fato de que o Governo Rodrigues Alves foi marcado pelo dinamismo do movimento operário, que passou a ter nas greves uma nova estratégia – em 1903, inclusive, ocorreu uma greve geral. Em 1905, os gêneros alimentícios aumentaram de preço sem a correspondente elevação dos salários e o desemprego se agravou. Cabe registrar, por fim, o descontentamento dos trabalhadores com os métodos impositivos utilizados pelas autoridades, o que contribuiu para a eclosão da Revolta da Vacina, em novembro de 1904 (Lobo; Carvalho; Stanley, 1989, p. 75).

Os reflexos dessa agitação popular podem ser vistos nos órgãos da grande imprensa, que, em 1905, iniciaram uma campanha pela construção de habitações para os trabalhadores. Em seguida, o Governo Federal nomeou uma comissão de inquérito para estudar o déficit de moradias – visto como o principal problema da época – e elaborar uma nova legislação habitacional (Mattos, 2008, p. 76-94). Também as classes dominantes perceberam que as reformas urbanas haviam gerado consequências indesejadas para o seu projeto de Rio de Janeiro, uma cidade que deveria ser o foco da “civilização”, o núcleo da modernidade, o teatro de poder e o lugar de memória da República (Silva, 2004, p. 9). Para a insatisfação daqueles que acreditavam na possibilidade de reconstrução da capital em tais termos ideais, houve a constatação de que estava em pleno andamento a primeira grande expansão das favelas no cenário urbano carioca.

Isso contribuiu para que as favelas ficassem em evidência na grande imprensa, sendo consideradas símbolos do antiprogresso e da anticivilização, conforme podemos ver no artigo escrito pelo engenheiro da Prefeitura, Everardo Backheuser, publicado na revista *Renascença*, em 1905:

O ilustre Dr. Passos, ativo e inteligente Prefeito da Cidade, já tem as suas vistas de arguto administrador voltadas para a “Favela” e em breve providências serão dadas de acordo com as leis municipais, para acabar com esses casebres. É interessante fazer notar a formação dessa pujante aldeia de casebres e choças no coração mesmo da capital da República, eloqüentemente dizendo pelo seu mudo contraste a dois passos da Grande Avenida, o que é esse resto de Brasil pelos seus milhões de quilômetros. (Backheuser, 1905)

Apesar das disputas entre as frações de classes dominantes na conjuntura das reformas urbanas (Mattos, 2008, p. 76-94), os jornais cariocas se harmonizavam no que dizia respeito à estigmatização dos padrões comportamentais dos moradores das favelas, tidos como “vagabundos” e “desordeiros”. Esses veículos de comunicação estavam empenhados no duplo movimento de imposição de uma ordem social capitalista e de construção do Rio de Janeiro como capital de uma nova institucionalidade – a República (Barbosa, 2000, p. 12).

II

Iniciemos a análise do discurso sobre as favelas no período das reformas urbanas com o *Correio da Manhã*. Em abril de 1905, a matéria intitulada “Tentativa de assassinato” trazia já na “cabeça”⁴ a seguinte mensagem: “A tranqüilidade que de há muito reinava no morro da Favela, foi ontem perturbada por uma cena de sangue bastante emocionante”⁵. Aqui a idéia de emoção se ligava a um significado adicional da palavra “sensação”, que era recorrentemente vinculada às notícias de crime⁶. A forma romanceada da notícia aparecia nas linhas seguintes: “Um amante desprezado, vendo-se ferido do seu amor próprio não trepidou em, com uma arma assassina, tentar por termo aos duros sofrimentos que lhe invadiam a alma apaixonada, despertando contra si, ao mesmo tempo, o mais profundo rancor”⁷.

O agressor José Francisco era natural da Paraíba do Norte, onde verificara praça no 23º Batalhão de Infantaria. No Rio de Janeiro, “Amasiou-se com uma linda rapariga” chamada Luiza Baptistina da Silva, com quem foi residir no Beco dos Melões, no Morro da Favela. Segundo o *Correio da Manhã*, com o tempo vieram as brigas e, vez ou outra, o nordestino ofendia sua companheira com toda a sorte de impropérios e tentava espancá-la. Note-se que o jornal culpava a mulher pela atitude violenta de seu companheiro, acusando-a de ter tido um comportamento reprovável: “As rixas contínuas originadas sempre por Baptistina, tinham lugar após a sua ausência, que se prolongava sempre por dois a três dias, nas mais depravadas orgias a que se entregava com o pessoal da mais baixa ralé”⁸.

A suposta conduta de Baptistina não se adequava ao papel socialmente previsto para o sexo feminino, nesse contexto em que se pretendia impingir à classe trabalhadora os valores e padrões burgueses (Soihet, 1989). O interessante é que Baptistina “resolveu pôr termo de vez a uma vida tão aborrecida [e] conseguiu abandoná-lo”. Conforme Chalhoub

(2001, p. 216) verificou em sua análise sobre o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da *Belle Époque*, “a violência do homem surge [...] antes como uma demonstração de fraqueza e impotência [diante da insubmissão da mulher] do que como uma demonstração de força, de poder”. Não obstante, a ausência de Baptistina, “que se prolongava sempre por dois a três dias”⁹, podia ter ligação com outra observação feita pelo citado historiador: às vezes, as mulheres apresentavam uma conduta independente e insubmissa, em represália à postura do companheiro ao longo do relacionamento. Em resumo, a culpabilização da vítima pelo *Correio da Manhã* – que a acusava de realizar “depravadas orgias com [...] o pessoal da mais baixa ralé”¹⁰ – reproduzia os argumentos utilizados pelos advogados da época, segundo os quais o homem partia para a agressão em nome da “honra ultrajada”, tendo, por esse motivo, perdido a noção de seus atos (Chalhoub, 2001, p. 216).

A narrativa do ataque de José Francisco a sua “amásia” seguia os romances naturalistas, uma vez que o homem se deixava guiar pelos instintos biológicos: “Com um olhar brilhante, fulo de raiva, Francisco tentou fazê-la calar e sacando da tesoura, de que se achava armado, cravou-a no ombro direito da infeliz, penetrando a arma cerca de quatro polegadas”. O redator contava o desenrolar da luta com extrema dramatização, como se estivesse presente no momento da contenda: “Um grito de dor irrompeu dos lábios da pobre vítima que, numa luta horrível, tentava arrancar a arma das mãos do estúpido assassino!”¹¹. Vale observar que, mesmo não tendo matado sua companheira, José Francisco foi enfaticamente chamado de “estúpido assassino”.

Mais adiante, o autor da matéria falou sobre o derramamento de sangue (no caso, em abundância, conforme sugere o vocábulo “lago”), o elemento por excelência da narrativa “sensacional”: “A infeliz caiu por terra, banhada num lago de sangue”. A emoção não parou por aí, tendo o repórter guardado mais uma novidade para o leitor. Eis que apareceu em socorro à vítima a vizinha Maria Antonieta: “Atracaram-se ambos numa titânica luta, Francisco, com uma agilidade indescritível, vibrou-lhe um profundo golpe nas costas, fugindo em seguida”¹². Vemos na sugestão de uma “agilidade incrível” mais uma influência dos romances naturalistas, posto que o agressor parecia ter os reflexos de uma fera, provavelmente, de um felino.

Mesmo ferida, Maria Antonia correu para a rua, gritando por socorro. Alguns vizinhos, que já haviam corrido para o local, prestaram os devidos socorros às duas vítimas, enquanto outros corriam ao encalço do “criminoso”. Começava neste ponto uma nova aventura para o leitor da Primeira República, cada vez mais enredado na história que o diário oferecia, repleta de recursos literários. A edição fantasiosa da realidade aparecia nesses textos como uma descrição romanceada dos acontecimentos, em um mundo que mesclava o realismo e o romance. Não bastava mais ao leitor a edição fantasiosa por si só, mas, sim, a edição fantasiosa de sua realidade, sendo essa uma expectativa cultural existente entre o público, que os jornais se apressaram em atender (Barbosa, 2000, p. 236).

Nessa mais recente aventura oferecida pelo *Correio da Manhã*, o leitor acompanhava a narrativa da captura de José Francisco: “A descer a ladeira, numa carreira vertiginosa,

com as vestes tintas de sangue e rotas, foi ele surpreendido pela praça do 10º batalhão de infantaria José Joaquim da Costa e os srs. João Jorge Vidal, Julio de Andrade Bastos e Francisco Pereira de Lima que, agarrando-o, conseguiram prendê-lo [...]”¹³. Pondo fim ao suspense, o redator lançou mão de uma descrição do “criminoso”, influenciada por Cesare Lombroso¹⁴: “Tipo perfeito de nortista, rosto quadrado, cabeça grande e um tanto achatada, cabelos encaracolados, olhos vivos, tem Francisco uma entonação particular na fala, deixando a cada momento escapar frases que [definem] perfeitamente a mais antiga posição de soldado”¹⁵.

Baptistina foi atendida em uma farmácia e depois encaminhada para sua casa, enquanto Maria Antonieta apresentou ferimento sem gravidade. Já Francisco foi remetido para a Detenção. Note-se que o estardalhaço feito pelo *Correio da Manhã* com a ocorrência policial, “uma cena de sangue emocionante” que teria reconduzido o Morro da Favela ao seu cotidiano de “desordem”, não correspondia à gravidade do conflito. Vemos, inclusive, que Baptistina foi socorrida em uma farmácia, não tendo sido necessário levá-la à Santa Casa; portanto, os seus ferimentos também foram leves.

Fica evidente o objetivo da grande imprensa de dar ênfase aos conflitos ocorridos nas favelas no contexto das reformas urbanas. Outra briga conjugal ocorrida no Morro da Favela e noticiada pelo *Correio da Manhã* teve como protagonistas Amélia de Brito e Alfredo Ramos da Silva, ex-praça do 16º Batalhão de Infantaria na Bahia e, na época da reportagem, praça do 10º Batalhão de Infantaria da capital da República. O sonho do casal de se mudar para o Rio de Janeiro foi concretizado quando o pedido de transferência de Alfredo foi aceito pelo Exército brasileiro. De acordo com o jornal, os dois viviam na Bahia “em completa paz, já pelo procedimento bom da moça, já pelo carinho que ela dispensava a seu companheiro”¹⁶.

Em apenas 15 dias de Rio de Janeiro, o casal brigou seriamente, por um motivo claro: “Chegados eles a esta capital, foram residir no morro da Favela [...] lugar viciado [...] quase não se respeita quem lá reside”. Nessa localidade estigmatizada pelo jornal, Alfredo teria passado a desconfiar do comportamento de sua companheira: “Depois de aí estabelecidos, começou Alfredo a cismar que sua companheira não estava procedendo como dantes”. A agressividade do homem contrastava com a serenidade da vítima: “Esta, como tivesse a consciência tranqüila, respondeu às suas interrogativas, ao que Alfredo, mais indignado ainda, armou-se de uma enxada e, sem dó nem piedade, começou a esbordoá-la”¹⁷.

Os gritos da moça atraíram diversas pessoas, entre as quais David Ribeiro, também praça, embora do 23º Batalhão de Infantaria. Portanto, o terceiro membro do Exército que vemos, em duas reportagens sobre o Morro da Favela, sendo pelo menos dois nordestinos (não temos notícia sobre o local de nascimento de David). Em primeiro lugar, devemos lembrar que a colina recebera, em 1897, as tropas republicanas retornadas da Guerra de Canudos – o que lhe conferia uma tradição recente de local de moradia de soldados rasos. Em segundo, talvez seja possível falar, nesse contexto, sobre certa tendência entre os “malandros”, de entrarem para o Exército a fim de ganharem prestígio e se protegerem da

polícia¹⁸. Isso explicaria ainda uma recorrente acusação contra o Morro da Favela: a de ser um antro de desertores¹⁹. Ao que parece, os “malandros” conseguiam suas fardas e depois despistavam...

Fato é que, entre os inferiores das Forças Armadas, a transitividade entre a população marginal e o serviço militar garantia uma permanente antipatia contra os policiais (Bretas, 1997, p. 55). Essa disputa entre a polícia e o Exército aparece sutilmente na narrativa do desfecho do caso que vimos analisando. David Ribeiro levou o seu colega agressor para o quartel. No entanto, o delegado da 9ª Delegacia urbana requisitou ao Exército o comparecimento de Alfredo Ramos da Silva, para que esse prestasse depoimento. Após ser então autuado em flagrante, Alfredo foi novamente removido para o seu Batalhão²⁰. Conforme explicou Marcos Bretas (*ibidem*, p. 58), oficiais das Forças Armadas intervinham freqüentemente e perturbavam a rotina da atividade policial. A prisão de um desordeiro podia ser tumultuada pela aparição repentina de um militar a interceder pelo suposto criminoso, disposto a fazer valer a autoridade de seu cargo. Um problema comum na ação policial ocorria quando um preso ou envolvido, vestido à paisana, declarava ser oficial do Exército, sem disso apresentar prova.

Essa reportagem do *Correio da Manhã* levantou um aspecto que não pode passar despercebido neste trabalho: a idéia de que Alfredo Ramos da Silva seria uma “perversa praça”²¹. Vemos nessa frase que a grande imprensa deflagrara o processo de estigmatização dos moradores das favelas. O problema aqui é que os portadores do estigma não são considerados completamente humanos, motivo pelo qual se constroi uma ideologia para explicar sua inferioridade e dar conta do perigo representado. Racionaliza-se, assim, uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social (Goffman, 1978, p. 14-15).

Crítico ferrenho do modo como as reformas urbanas estavam sendo conduzidas²², em 1905, o *Correio da Manhã* não poupou a população pobre do estigma das “classes perigosas”²³. Essa característica é encontrada também na análise do *Jornal do Commercio*, que nesse contexto defendia os proprietários que vinham sendo prejudicados com as obras de Pereira Passos²⁴. Em abril de 1905, esse periódico noticiou: “Cerca das 8 horas da noite de ontem deu-se na rua Formosa, esquina da dos Cajueiros, uma cena de sangue em que tombou por terra e saiu sem vida com uma certa facada no peito um pobre trabalhador empregado em uma cocheira ali existente”²⁵.

O curioso nessa matéria é que o conflito narrado pelo *Jornal do Commercio* ocorrera em uma rua da região portuária e não propriamente no Morro da Favela. No entanto, essa colina foi incluída na reportagem devido a sua proximidade com o local do crime, a Rua Formosa: “Aqueles ruas, como é sabido, ficam próximas ao morro da Providência, local em que se acoitam os maiores desordeiros, vagabundos e gatunos, a gente da pior espécie, também disseminados pelo morro da Favela e pelas diversas ruas adjacentes”²⁶. Devemos esclarecer que, embora o nome Morro da Providência tenha sido eclipsado pelo apelido Morro da Favela, na Primeira República, certos textos de época (raros, é verdade) davam a entender que existiriam duas localidades com as respectivas denominações em um mesmo maciço.

Seja como for, o Morro da Providência/Favela integrava uma espécie de área maldita da cidade do Rio de Janeiro, na opinião dos jornalistas: “Por maior vigilância que a polícia exerça sobre esses perniciosos antros do vício, de quando em vez um crime ali ocorre, cercado às vezes do mais profundo mistério”²⁷. Vemos nessa reportagem, sobretudo, a ênfase dada ao debate sobre o aumento da criminalidade pela imprensa carioca do início do século. Nesse contexto, reivindicavam-se melhorias generalizadas, que incluíam o reaparelhamento da Polícia, mais repressão e mais controle sobre os espaços da cidade. Enfim, os jornais faziam a campanha da lei e da ordem (Neder, 1997):

A 9ª Delegacia Urbana, sob cuja jurisdição se acham aqueles pontos, tem um destacamento de praças de polícia tão diminuto que se torna difícil qualquer vigilância que a autoridade queira sobre eles exercer, dando assim ensejo a que sejam os crimes levados a efeito, logrando quase sempre evadirem-se os seus autores.²⁸

A ocorrência que levou o *Jornal do Commercio* a fortalecer a campanha pela repressão policial aos moradores do Morro da Providência/Favela envolveu Joaquim Silveira da Rosa, seu irmão, Seraphim Silveira da Rosa, e Viriato Silveira da Rosa, primo deles. Os dois primeiros residiam à Rua São Cristóvão e o último em uma estalagem da Rua da Providência. Trabalhavam todos em uma cocheira pertencente à Carneiro & C, situada à Rua Formosa, o local da tragédia. As parcas informações sobre o episódio davam conta de que Joaquim se desentendera com seu primo Viriato, tendo levado desse uma facada no peito. No entanto, o jornalista não quis preencher a falta de dados sobre o caso criminal com a costumeira imaginação dos profissionais que atuavam na crônica policial. De acordo com Lima Barreto (1976, p. 151, 127), “Nos jornais, os artigos impressionistas são feitos antes das impressões”, o que, na prática, significava dizer que o repórter “possuía uma imaginação doentia; forjava coisas terríveis, inventava, criava crimes”.

A estratégia do redator concentrou-se no mistério em torno do assassinato: “Seraphim, embora em completo estado de embriagues, quase não se podendo manter de pé, agarrou o irmão, que veio a falecer em seus braços, minutos depois”²⁹. Note-se que, apesar de ter chegado a tempo de amparar Joaquim, a testemunha afirmou não saber a causa da agressão. Mas talvez Seraphim não estivesse sendo tão misterioso assim, se o compararmos a outros circundantes de conflitos ocorridos entre trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República.

Acreditamos que Seraphim tenha alegado estar em estado avançado de embriaguez para fugir à condição de testemunha por excelência do inquérito. A sua justificativa de que chegara a tempo apenas de agarrar seu irmão envolto em sangue – não tendo, portanto, mais informações sobre os motivos da briga – parece esconder a opção pela “privatização dos conflitos” (Chalhoub, 2001, p. 304). Devido à descrença dos membros da classe trabalhadora de que as autoridades policiais e judiciais pudessem arbitrar seus

conflitos, eles recorriam à “privatização” desses distúrbios – ou seja, “a resolução de acordo com as regras de comportamento próprias do grupo sociocultural em questão”. Tal comportamento não era desconhecido de romancistas como Aluisio Azevedo (s.d., p. 101), que escreveu em *O Cortiço*:

Lá no cortiço, de portas adentro, podiam esfaquear-se à vontade, que nenhum deles, e muito menos a vítima, seria capaz de apontar o criminoso; tanto que o médico, que, logo depois da invasão da polícia, desceu da casa do Miranda à estalagem, para socorrer Jerônimo, não conseguiu arrancar deste o menor esclarecimento sobre o motivo da navalhada. “Não fora nada!... Não fora de propósito!... Estavam a brincar e sucedera aquilo!... Ninguém tivera a menor intenção de fazer-lhe moça!...”

Joaquim Silveira da Rosa, a vítima abordada na reportagem do *Jornal do Commercio*, era português como o navalhado Jerônimo de *O Cortiço*, e contava 26 anos de idade. Os seus colegas de trabalho o consideravam “um homem trabalhador [...] e benquisto, ao contrário do seu assassino, que é conhecido como rixento, já tendo sido preso há tempos por ter agredido um companheiro”. Viriato Silveira da Rosa tinha 17 anos e era natural da cidade do Rio de Janeiro. Considerando-se que muitos cocheiros da capital eram de origem portuguesa³⁰, vemos nos depoimentos dos colegas da vítima o investimento em uma noção consideravelmente aceita na Primeira República: a de que os portugueses eram o ideal do bom trabalhador (Ribeiro e Esteves, 1989, p. 233).

Para tentar capturar o assassino, a polícia cercou o Morro da Favela e a casa que ele habitava. A estigmatização dos moradores das favelas no contexto das reformas urbanas seguiu firme com a *Gazeta de Notícias*, cujo caráter governista podia ser visto em seu apoio incontestado às reformas urbanas, o que gerava textos extremamente simpáticos ao prefeito³¹. Em junho de 1905, o jornal anunciou: “Uma megera - Criança espancada - Na Favela”³². Vejamos que a ofensa à moradora ou frequentadora da Favela vinha logo no título da reportagem, juntamente com o nome da localidade, o qual, por estar sempre relacionado a casos de desordem, passou, com o tempo, a funcionar, por si só, como um “protocolo de leitura”³³. Na “cabeça” da matéria, o jornal atacava ainda mais a popular e repetia a acusação feita por outros jornais de que o morro abrigaria pessoas perversas:

É uma vagabunda e ébria temida, Maria Francisca, que na sua vida errante através da lama das sarjetas ganhou um mau humor constante, um ódio inveterado a tudo e a todos, tendo sempre uma propensão para as coisas perversas.³⁴

Nem as crianças, símbolos da pureza e da inocência, sensibilizariam Maria Francisca: “As próprias crianças que com sua graça ingênua conquistam toda a gente, não abrandavam a dureza desse coração perverso”. No relato da notícia, a *Gazeta de Notícias* insistiu na

idéia da suposta perversão existente entre os moradores ou frequentadores do morro: “Ontem [...] passava a megera pelo morro da Favela, onde estava brincando a pequena Olga, criança de 7 anos apenas que, em qualquer travessura tão da sua pouca idade, acirrou a perversão daquela má mulher”³⁵.

A reação de Maria Francisca ao ato de travessura de Olga seria digna de uma personagem de Adolfo Caminha (1991, p. 30) que se referia a uma “fera desencarcerada” quando narrava as cenas de descontrole do seu Bom-Crioulo: “Como uma fera, em ebulição todos seus maus instintos, Maria Francisca atirou-se ferozmente à indefesa criança arranhando-lhe o rosto com as suas unhas e mordendo-o”³⁶. Essa era mais uma popular que se deixava levar pelos impulsos biológicos, segundo a grande imprensa. A descrição do suposto estado físico da menina após a violência de que fora vítima ressaltava a brutalidade da agressora e buscava impressionar o leitor:

A pobrezinha debateu-se gritando, entre as mãos da megera até que a acharam já com o rosto em mísero estado, o olho direito quase arrancado da órbita por uma unhada violenta de Maria Francisca.

Além disto a pobre criança tinha o corpinho todo cheio de manchas de pancadas que impiedosamente lhe deu a perversa.³⁷

A polícia da 9ª Delegacia prendeu Maria Francisca, contra a qual lavrou flagrante, além de ter mandando submeter Olga a exame de corpo de delito. Percebamos a opção do jornal por termos como “pobrezinha” e “corpinho” no tratamento da criança, que induziam a uma leitura na qual os elementos emocionais eram privilegiados. A *Gazeta de Notícias* acercou-se também de casos de violência em favelas que não se localizavam no perímetro central da cidade. Em um “barracão” da ladeira do Leme morava o hortelão Francisco Romano do Espírito Santo. A fim de encurtar o caminho até a rua, pediu a uma senhora moradora da favela licença para passar pelo seu terreno. Concedida a permissão, o homem foi surpreendentemente atacado pelo português João Francisco da Silva, empregado da Limpeza Pública, que “Vinha armado de um grosso cacete e, sem uma palavra, desandou a dar-lhe cacetadas que o outro evitara como pôde, fugindo”³⁸. Em seguida, o agressor sacou o revólver e desferiu três tiros contra a vítima, e ainda lhe deu uma paulada na cabeça. João fugiu e Romano foi para o hospital em estado grave.

O que chama a atenção nessa reportagem é a falta de perguntas pelo jornal sobre o motivo de tamanha violência, que foi tratada como espontânea. Esse tipo de abordagem dava a impressão de que os moradores das favelas promoveriam atos de crueldade de forma gratuita, como se fossem seres animalizados, que agiriam por instinto. Nesse sentido, o *Correio da Manhã*, em 1902, havia afirmado que o código regulador das relações entre os populares – ou, mais especificamente, entre os moradores do Morro da Favela – seria a agressão e a violência: “Como soe acontecer entre os de sua igualha, todos os seus preitos são resolvidos no combate singular no qual muitas vezes [há] sangue por terra”³⁹.

Aqui citamos novamente Sidney Chalhoub (2001, p. 108), segundo o qual o comportamento das pessoas envolvidas em conflitos estaria socialmente programado, o que daria às suas ações “significados sociais precisos e compreensíveis para os membros do microgrupo sociocultural onde se desenrolava a luta”. Embora o desenlace violento fosse visto pelos trabalhadores como uma possibilidade legítima de solucionar desavenças, esse método não seria o seu principal mecanismo de ajuste; a violência, tal como ocorrida, seria normalizada, uma vez que os indivíduos relacionados às contendas desempenhariam papéis socialmente previstos e aceitos. Por isso, a necessidade de compreender esses conflitos como um acontecimento político dentro de um determinado microgrupo sociocultural.

A sugestão do historiador de que a rixa seria uma situação de tensão prolongada no tempo parece ser mais apropriada para pensarmos a matéria publicada na *Gazeta de Notícias*. Em primeiro lugar, podemos supor que os pedidos diários do hortelão para utilizar o terreno do vizinho, a fim de encurtar seu caminho até a rua, estariam irritando o português havia muito tempo. Em segundo, não seria descabido pensar que muitas vezes Romano – o qual trabalhava em sua própria horta na favela – deve ter utilizado as dependências de João Francisco da Silva quando esse estava fora de casa, o que colocaria o primeiro em contato constante com a esposa do segundo, em um ambiente privado. Quanto a esse suposto aspecto, vale notar que o lusitano agrediu o nacional justamente após ver que o seu vizinho havia se dirigido a sua esposa. Como o incidente ocorreu “depois do jantar”⁴⁰, torna-se claro que Romano tinha consciência de que o chefe da casa estava presente – logo, a opção por se dirigir à mulher demonstra que o relacionamento entre os contendores devia estar bastante tenso (ou então que o hortelão partira para uma provocação deliberada, o que só reforçaria a hipótese da provável rixa entre dos dois). Em terceiro lugar, o fato de um ser brasileiro e o outro português leva a crer que também se tratasse de uma rivalidade entre nacionalidades⁴¹. Por fim, cabe observar que recolher os resíduos do trabalho de um hortelão era também o serviço de um agente da Limpeza Pública, profissão de João Francisco⁴².

Existe ainda um fator interessante nessa matéria que viemos analisando: apesar de ter agredido violentamente uma pessoa e depois desferido três tiros contra a mesma, o português João Francisco da Silva não foi acusado de perverso ou algo parecido. Talvez isso tenha relação com o fato de que a direção da *Gazeta de Notícias* era portuguesa nessa época (Sodré, 1966, p. 382-383). Esse jornal não deixou de abordar os suicídios ocorridos em favelas, como a do Morro da Caixa d’Água, tendo apontado para a existência de jovens ingênuas e alienadas, facilmente enganáveis por sedutores mal-intencionados, as quais chegariam a se matar em virtude de relacionamentos amorosos malogrados. Na reportagem intitulada “Por amor. Uma moça que se envenena”, vemos a triste história de Iracema, de 21 anos de idade, enganada por um noivo que “deslizara o conteúdo de sua mente, inebriando o afeto da pobre moça”⁴³. As favelas também poderiam ser locais de tragédias cotidianas, conforme vemos no *Jornal do Commercio*, que contou o caso

da menina Margarida, de nove anos de idade, morta em um incêndio causado por uma candeia de querosene, no “barracão” onde morava. No momento do acidente, a criança “viva e esperta” dormia, enquanto os seus pais vendiam angu para os trabalhadores do bairro de Vila Isabel⁴⁴.

Vale lembrar que o poeta Manuel Bandeira percebeu bem a reiterada associação dos moradores das favelas às tragédias cotidianas, tendo escrito em seu “Poema tirado de uma notícia de jornal”, publicado em 1930: “João Gostoso era carregador de feira-livre e morava no morro da Babilônia num barracão sem número/ Uma noite ele chegou no bar Vinte de Novembro/ Bebeu/ Cantou/ Dançou/ Depois se atirou na Lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado” (Bandeira, 1973, p. 17).

No tocante às favelas, o *Jornal do Brasil*, fiel ao seu caráter popular, deu destaque às ordens de despejo enviadas pelos poderes públicos. Em novembro de 1905, ressaltou a notícia de que a Prefeitura mandara demolir “os barracões e casebres existentes no morro de Santo Antonio, sendo marcado prazo de trinta dias para a mudança dos respectivos moradores”⁴⁵. Notemos que o diário conseguia ao mesmo tempo elogiar as obras de reformulação urbana empreendidas pela municipalidade e criticar as suas consequências negativas para a população pobre – tentando, assim, não se indispor com nenhuma das duas partes: “O prurido que por aí vai de aformoseamento da cidade, se é mostra de grande progresso e de maior iniciativa é, por outro lado, causa de muitas medidas vexatórias”⁴⁶.

Uma dessas medidas vexatórias seria a demolição das casas construídas no Morro de Santo Antonio, em pleno centro da cidade. No trecho a seguir, vemos uma perspectiva segundo a qual as favelas também seriam habitadas pela classe trabalhadora – e não somente por contraventores:

Abrigam-se com suas famílias, no Morro de Santo Antonio, em modestos casebres, centenares e centenares de operários, que vivem na conquista diária do pão; labutando de sol a sol, na luta extenuante e assombrosa de grandes massas proletárias, para as quais os governantes ainda não tiveram até hoje um momento de atenção e de acolhimento.⁴⁷

Esse trecho mostra que as grandes demolições do período Pereira Passos possibilitaram o surgimento, na grande imprensa, de um discurso mais condescendente com os moradores das favelas, embora ele fosse bem menos acionado do que o discurso das “classes perigosas”. Insistindo no tema da pobreza absoluta em que viveriam tais pessoas, o jornal apontou para a realidade de que as mesmas não teriam para onde ir:

Os operários, os homens de trabalho, que desesperadamente lutam para a subsistência de suas famílias, atenderiam de muito bom grado esses bons desejos da Prefeitura, se tivessem para onde ir, se houvesse ao menos em realidade uma das mil avenidas operárias em projeto; mas na situação atual, com a escassez de

moradias de preço razoável, para onde irão eles, intimados ao abandono de suas casas em um prazo irrisório?⁴⁸

Portanto, o *Jornal do Brasil* não era propriamente contra a ideia de demolição das casas do morro (“bons desejos da Prefeitura”), mas, sim, contra as condições em que essa ação seria realizada, sem que antes fossem construídas novas habitações para os seus moradores. Por essa razão, pediu o adiamento da intimação enviada pela Prefeitura: “Estamos crentes que essa medida será suspensa para o bom nome da Prefeitura e para ganho da justiça, que pesa em favor dos míseros operários”. Mas essa suposta preocupação com os habitantes do morro era alimentada por um medo maior: “não será de se estranhar que os operários, em tão grande número, diante do vexame que lhes arranca o pão, se vejam obrigados à justa repulsa, que talvez dê em resultado bem tristes conseqüências”⁴⁹.

O medo de uma rebelião dos trabalhadores era forte nesse contexto em que ao dinamismo do movimento operário somava-se a lembrança da Revolta da Vacina. Elaborado em 1905 (e publicado no ano seguinte) por uma comissão de inquérito nomeada pelo ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, o relatório *Habitações populares* (1906, p. 116) destacou o grande número de casas demolidas pelo Estado. Por esse motivo, a referida comissão, assim como o *Jornal do Brasil*, temia o levante de “toda a população dos bairros miseráveis da cidade”.

Tentemos, então, concluir a análise do texto do *Jornal do Brasil* sobre o Morro de Santo Antonio. Primeiramente, o apelo contra o desalojamento de tais moradores seguia mais a ideia de que essa ação seria uma perigosa precipitação da Prefeitura do que a manifestação de uma sensibilidade social por parte do jornal, durante o já avançado processo de reformulação urbana da capital. Ademais, o discurso dramático a favor dos “pobres operários [...] que desesperadamente lutam para a subsistência de suas famílias”, ao atuar no plano da caridade, da filantropia e do favor, encontrava-se muito distante do reconhecimento dos direitos e das múltiplas humanidades dos habitantes das favelas.

Não deve ter sido por acaso que, em 1906, o *Jornal do Brasil* propusesse, em uma série de artigos, que o Governo, em lugar de construir o Palácio do Congresso, completasse o arrasamento do Morro do Castelo – obra julgada mais barata e de “maior utilidade”⁵⁰. Portanto, convém não nos afastarmos muito dos discursos discriminatórios contra os moradores das favelas no período das reformas urbanas. De fato, em tal conjuntura, os jornais estavam empenhados na campanha pela repressão às “classes perigosas”, que eram, na prática, confundidas com as classes pobres⁵¹.

Enquanto o *Jornal do Brasil* abordava as demolições de favelas em seu noticiário, o diário *O Paiz* assumiu um papel de destaque no debate sobre a crise de moradias, tendo realizado uma grande campanha pela construção de habitações populares, comandada pelo jornalista e deputado federal Alcindo Guanabara. Com a ajuda do engenheiro da Prefeitura Everardo Backheuser, o respeitado periodista escreveu artigos sobre as precárias condições higiênicas dos cortiços e reivindicou a ação enérgica dos poderes

públicos quanto à elaboração de uma legislação habitacional que beneficiasse as empresas construtoras particulares. O principal jornal governista dessa conjuntura deu bastante atenção à circular do Chefe de Polícia, que dava instruções para a repressão da vadiagem. Agora, os indivíduos autuados como não tendo ocupação nem domicílio, ou vivendo de profissão proibida por lei – os quais, decerto, não eram poucos, considerando-se o grande número de demolições e a proibição por Pereira Passos de diversas profissões praticadas pela população pobre –, deveriam ser imediatamente apresentados ao gabinete de identificação e estatística. Os funcionários dessa repartição verificariam não só a identidade da pessoa detida, como também se o caso seria de reincidência. Se a pessoa fosse identificada como reincidente, a pena seria a internação na colônia correccional de Dois Rios, em Ilha Grande⁵².

Devemos lembrar que, antes dessa circular do Chefe de Polícia, em 1899, fora aprovada uma lei complementar ao Código Penal de 1890, que tratava dos procedimentos a serem utilizados na prisão, com o objetivo de dar maior agilidade no julgamento e na punição aos infratores. Assim, do auto de flagrante à conclusão, todas as etapas passaram a ser conduzidas no interior da esfera policial. Ao judiciário restava somente proferir sentenças ou requisitar novas investigações e depoimentos. Quanto à classificação dos transgressores, é claro que a repressão acabou sendo valorizada em detrimento da assistência (Mattos, 1993).

Além de fazer afirmações como a de que “talvez em nenhuma capital haja, como nesta, uma tão grande tolerância e [...] uma tão grande proteção aos desocupados”⁵³, a grande imprensa promovia um verdadeiro alarde com a citação de contraventores que seriam inimigos públicos da cidade. Nesse sentido, podemos ver nos jornais referências a uma briga encerrada a navalhadas “entre os famigerados campeões da desordem, ‘Nenê’ e ‘Ciganinho’”⁵⁴; a mais uma confusão aprontada pelo “célebre Pernambuco”⁵⁵; ao “Charivari medonho” promovido pelo “mais célebre dos turbulentos da Saúde, o conhecido Cardosinho”⁵⁶; à briga que terminou em facadas entre Athenor Moleque e Tripa Limpa, motivada por “um mulherzinha de vida airada”⁵⁷; e às “artes do demo” realizadas por um contraventor que tinha duas alcunhas (isso mesmo) de arrepiar: Cara Queimada e Mão de Pilão. A sua descrição, destinada a impressionar os sentidos do leitor da Primeira República, merece ser reproduzida:

Gatuno conhecido e perigoso no próprio meio em que vive, João dos Santos, assinalado no físico, tendo uma grande cicatriz no lado esquerdo do rosto, vestígio de uma terrível queimadura, que lhe originou a alcunha de “cara queimada”, com que é geralmente conhecido, não pôde disfarçar ante a “ficha” do gabinete antropométrico, onde o seu retrato figura no meio do “alto” pessoal.⁵⁸

Se o apelido Cara Queimada relacionava-se à queimadura que o contraventor tinha no rosto, o Mão de Pilão era porque uma “enorme protuberância na mão esquerda lhe

[dava] um caráter todo particular”. Ou seja, o popular seria uma aberração não apenas no comportamento, na alma, como também no aspecto físico. Conforme Machado de Assis sugerira a respeito dos moradores do Morro do Castelo – o espaço por excelência das camadas populares no livro *Esau e Jacó* –, para a sociedade formal, constituída, tais contraventores não tinham nome ou sobrenome, sendo, assim, parte de uma multidão de anônimos (Neves, 1985).

Para os jornalistas, o *habitat* natural desses temíveis inimigos públicos seria preferencialmente a favela. Não só a repressão policial podia ser uma consequência dos discursos discriminatórios contra os habitantes das favelas da Primeira República. Em 25 de junho de 1905, o *Correio da Manhã* anunciou, em uma nota tocante: “Depois de um parto laborioso, Maria de tal, moradora em uma das muitas casinhas do morro da Favela, teve a desventura de ver nascido morto o filho, o seu único [...] consolo à vida de amargura e para quem reservava o mais doce carinho”. Sem dinheiro para enterrar seu filho, a mulher não teria outra opção senão levá-lo ao gabinete médico para pegar uma guia e recolhê-lo ao necrotério público. Comovido com a situação de Maria, o praça do 1º Batalhão de Infantaria do Exército Manoel José se ofereceu para realizar tal tarefa, tendo conduzido o corpo em uma caixa de papelão, devidamente adaptada, até a polícia central, em cujo gabinete médico obteve um atestado de óbito do Dr. Thomaz Coelho. Munido desse papel, o soldado partiu para o necrotério público, mas, lá chegando, teve a informação de que o corpo não poderia ser enterrado, pois o citado médico havia passado o atestado de óbito sem a referida guia. Manoel então voltou à Polícia, de onde foi mais uma vez remetido ao necrotério público. Aqui, porém, nova decepção: o funcionário responsável pela repartição recusou-se a recebê-lo. A saída foi tentar o necrotério da Santa Casa, que também recusou o corpo da criança porque era necessário ter a guia, e não propriamente o atestado de óbito. Já tarde da noite, o praça se viu obrigado a voltar para casa com aquilo que o jornal chamou de “fardo”. O diário absolveu os funcionários do necrotério – que estariam cumprindo os seus deveres – e culpou o gabinete médico: “Convém assinalar aqui que já não é a primeira vez que tal fato se dá e o único culpado disto é o gabinete médico, onde não há escrúpulo nenhum em casos tais”⁵⁹.

Embora a história narrada mostre o belo gesto de solidariedade do praça Manoel José, ela evidencia, principalmente, o desprezo das instituições públicas pela dor e pelo sofrimento da população pobre, ou, mais especificamente, dos moradores das favelas da cidade. Uma história que, coincidência ou não, envolveu o gabinete médico da polícia central. Ou seja, o desrespeito ao qual nos referimos partiu de uma estrutura montada por policiais e médicos: dois agentes sociais da maior importância na reformulação urbana que estava sendo operada na capital republicana nesse momento.

Além disso, e apesar de o *Correio da Manhã* ter demonstrado certa indignação com o ocorrido, os preconceitos classistas não estiveram ausentes de tal reportagem. Fosse pela utilização da palavra “fardo” para se referir ao corpo carregado pelo soldado, ou pela presença dos tradicionais trocadilhos no título da matéria – “De Herodes para Pilatos”

–, ou ainda pela falta de interesse em citar o nome completo da pessoa que mais sofreu no episódio, a “Maria de tal”. Esse último ponto talvez mostre que o jornal estivesse mais preocupado em criticar uma repartição pública pertencente a um governo ao qual fazia oposição do que, propriamente, dar voz política àqueles que foram prejudicados ou mesmo humilhados em tal evento.

Finalmente, cabe observar “que já não é a primeira vez que tal fato se dá”. Considerando-se que honrar os mortos é um ritual da vida civilizada, podemos relativizar o principal lema difundido pelos jornalistas e intelectuais que apoiavam as reformas urbanas e se mostravam orgulhosos com a nova cidade que se erguia dos escombros das inúmeras demolições do período: “O Rio civiliza-se”?

III

No período das reformas urbanas, enquanto o Rio de Janeiro se modernizava, as favelas iam consolidando a sua condição de territórios das “classes perigosas” na grande imprensa. Desde o início do século XX, pelo menos, as favelas eram associadas às imagens de perigo nos jornais cariocas. Em 1902, por exemplo, o Morro da Favela havia sido definido pelo *Correio da Manhã* como “o perigoso sítio [...] bem conhecido nos anais da polícia”⁶⁰, cuja população seria composta por “celerados”, “malfeitores”, “perversos”⁶¹ e até um “Sátiro Sanguinário”⁶². Porém, nos anos finais dos governos de Rodrigues Alves e Pereira Passos, devido ao seu grande crescimento no cenário urbano, as favelas passaram a ser a principal representação de moradia popular da cidade. Assim, começaram a ocupar o posto que desde meados do século XIX pertencia aos cortiços nos periódicos da capital, embora a população dessa última forma habitacional fosse maior do que a dos morros favelizados (Perdigão, 1999). É justamente aqui que a questão do estigma se torna ainda mais delicada para os moradores das favelas, pois, de acordo com Licia Valladares (1991, p. 84), estudar o discurso sobre a pobreza na virada do século XIX para o XX implica considerar:

[...] a questão da saúde e da necessidade de higienização da cidade tais quais apareceram no discurso médico-higienista do século XIX; [...] a problemática da manutenção da ordem social e do controle social da classe trabalhadora, presentes no pensamento jurídico e político da virada do século; [...] o discurso sobre a necessidade de transformar o homem livre [...] em trabalhador assalariado, submetido a uma sociedade ordenada pelo trabalho. (Valladares, 1991, p. 84)

As reportagens analisadas neste trabalho foram escritas num momento em que as favelas estavam se transformando, nos textos de época, em espaços por excelência da pobreza no Distrito Federal. Da associação histórica entre pobreza e criminalidade, assim como entre pobreza e doenças epidêmicas, o discurso de que as favelas seriam territórios

das “classes perigosas” se potencializou. Está certo que um discurso mais tolerante com os seus moradores também passou a ser acionado nesse novo estágio das visões sobre as favelas, conforme vimos. Mas, mesmo nesses momentos, a referência ao debate sobre a criminalidade na capital podia ser efetuada pelos intelectuais. É o que vemos nas palavras proferidas, em 1905, pelo já mencionado Everardo Backheuser:

Ali não moram apenas os desordeiros e os facínoras como a legenda (que já tem a Favela) espalhou; ali moram também operários laboriosos que a falta ou carestia dos cômodos atrai para esses lugares altos, onde se goza de uma barateza relativa e de uma suave viração que sopra continuamente, dulcificando a rudeza da habitação. (Backheuser, 1905, p. 94)

Ao mesmo tempo em que há um discurso alternativo, mais condescendente com os habitantes do Morro da Favela, aparece a ideia de que essa localidade se tornara legendária pela ação de “desordeiros” e “facínoras” – para o que deve ter contribuído o envolvimento de seus moradores com a Revolta da Vacina, em novembro de 1904. A produção discursiva que associava as favelas às “classes perigosas” tinha muito mais apelo na conjuntura da Regeneração, que, segundo Nicolau Sevckenko (1983, p. 30), caracterizou-se por três fatores básicos: a condenação dos hábitos relacionados à sociedade tradicional, a negação da cultura popular, a expulsão das classes pobres do centro da cidade e a promoção do cosmopolitismo.

Sabemos que a fúria demolidora de Pereira Passos foi acompanhada por uma igualmente furiosa legislação, que procurava banir as “velhas usanças” incompatíveis com o ideal de “civilização”; assim, boa parte do ônus da modernização do período foi descarregada sobre a classe trabalhadora (Benchimol, 1990, p. 277). Este artigo mostrou que, além de demolições e leis draconianas, os trabalhadores cariocas – em especial os favelados – foram também alvo de uma campanha sistemática de estigmatização de seus padrões comportamentais na grande imprensa, o que contribuía para a legitimação daquelas ações realizadas no âmbito da sociedade política.

Concluindo, o investimento na pesquisa das favelas em seu período inicial pode revelar ao historiador importantes chaves investigativas a respeito da formação de uma tradição de pensamento⁶³, que, revalorizada segundo cada contexto histórico, chega aos nossos dias de variadas formas. Nesse sentido, vale confrontar discursos recolhidos na grande imprensa atual – como “estamos salpicados de favelas, de onde descem hordas de vagabundos de bermuda para pescar cidadãos como num parque temático” (Jabor, 2005) – com afirmações sobre os morros cariocas realizadas nos jornais dos anos 1900 – como “trânsfugas da sociedade aí campeiam livremente, afrontando os pacatos burgueses e apanhando em suas malhas os incautos”⁶⁴. Conforme o comumente irônico Lima Barreto (1956, p. 96) afirmou: “A leitura dos jornais é sempre utilíssima [...]”.

Notas:

¹. Da longa lista de estudos sobre a modernização do espaço público carioca, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, destacamos como sendo de referência o trabalho de Jaime Benchimol (1990). O autor que atentou pioneiramente para a pouca preocupação dos pesquisadores com a História das favelas na Primeira República foi Maurício Abreu (1994).

². Juntos, esses periódicos alcançavam uma tiragem de cerca de 150 mil exemplares, o que, numa cidade com 691.565 habitantes (Barbosa, 2000, p. 24). Não obstante, devemos lembrar a diversificada sociabilidade de leitura de um jornal, uma vez que o comprador de uma determinada folha não era necessariamente o seu único leitor (Thompson, 1987). Nesse sentido, os iletrados também participavam dessa circulação, pois tais publicações provavelmente tinham mais ouvintes do que leitores, sendo, assim, mais ouvidas e vistas do que propriamente lidas (Barbosa, 2000, p. 200).

³. Segundo os dados levantados por Vaz (1985, p. 226), a derrubada de 2.240 prédios durante os governos de Rodrigues Alves e Pereira Passos pode ter desabrigado cerca de 36.900 pessoas na área central do Rio de Janeiro. Vale acrescentar que o efeito multiplicador dessa ação dificilmente poderá ser calculado, assim como a quantidade de cortiços desaparecidos nesse processo.

⁴. A “cabeça” era uma parte do texto que precedia a notícia, onde o repórter realizava considerações de caráter moralizador, no entender de Lima Barreto (1976, p. 137).

⁵. “Tentativa de assassinato”, *Correio da Manhã*, 23 de abril de 1905.

⁶. N.º *O Estado de S. Paulo*, “sensação” era sinônimo de crimes de sangue, que envolviam assassinatos considerados bárbaros e relacionados diretamente com a classe trabalhadora (Porto, 2003, p. 148-150).

⁷. “Tentativa de assassinato”, *Correio da Manhã*, *op. cit.*

⁸. *Idem.*

⁹. *Idem.*

¹⁰. *Idem.*

¹¹. *Idem.*

¹². *Idem.*

¹³. *Idem.*

¹⁴. Lombroso foi o principal expoente da antropologia criminal e achava que o tipo físico do criminoso era tão previsível que seria possível delimitá-lo de forma objetiva (Schwarcz, 1993, p. 49 e 166).

¹⁵. “Tentativa de assassinato”, *Correio da Manhã*, *op. cit.*

¹⁶. “Amante feroz – Quase morta – No morro da Favela”, *Correio da Manhã*, 25 de junho de 1905.

¹⁷. *Idem.*

¹⁸. O autor dessa informação foi Tito da Praia, um suposto “malandro” do bairro da Saúde, que nos anos 1920 falava sobre suas aventuras no início do século XX, em tom de saudosismo. “A alma encantadora e bárbara do Rio”, *Vida Policial*, 24 de setembro de 1926.

¹⁹. Um bom exemplo é a matéria intitulada “No Morro da Favela”, segundo a qual a colina seria um “Reduto de vagabundos, desertores e de indivíduos perniciosos à sociedade [...]”,

Correio da Manhã, 1 de junho de 1907.

²⁰. “Amante feroz – Quase morta – No morro da Favela”, *Correio da Manhã*, *op. cit.*

²¹. *Idem.*

²². A censura do periódico aos gastos públicos com a construção da Avenida Central pode ser vista em “A edificação da Avenida”, *Correio da Manhã*, 7 de abril de 1905.

²³. A expressão “classes perigosas” surgiu na primeira metade do século XIX, num período em que a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva atingira grandes proporções na Inglaterra (Guimarães, 1982, p. 1). Chalhoub (1996, p. 22) detalhou os significados do termo no Brasil da segunda metade do Oitocentos, tendo ressaltado a indefinição entre as classes pobres e as “classes perigosas” nos discursos de época: “os pobres carregavam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos”.

²⁴. Ver “O Governo do Município”, *Jornal do Commercio*, 7 de maio de 1905.

²⁵. “Assassinato”, *Jornal do Commercio*, 24 e 25 de abril de 1905.

²⁶. *Idem.*

²⁷. *Idem.*

²⁸. *Idem.*

²⁹. *Idem.*

³⁰. Dados estatísticos sobre os portugueses envolvidos no setor dos transportes no século XIX podem ser encontrados no trabalho de Terra (2007, p. 49-51).

³¹. Ver “Do Rio a Joinville”, *Gazeta de Notícias*, 27 de junho de 1905.

³². “Uma megera - Criança espancada - Na Favela”, *Gazeta de Notícias*, 13 de junho de 1905.

³³. Os “protocolos de leitura” são as senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra com o objetivo de produzir uma leitura correta dela, aquela que estará de acordo com sua intenção (Chartier, 1996, p. 95-96). Nesse caso, podemos citar o título de uma matéria sobre um grande conflito, que ganhou como título, simplesmente: “Na Favela” (*Correio da Manhã*, 9 de agosto de 1908).

³⁴. “Uma megera - Criança espancada - Na Favela”, *Gazeta de Notícias*, *op. cit.*

³⁵. *Idem.*

³⁶. *Idem.*

³⁷. *Idem.*

³⁸. “A revolver”, *Gazeta de Notícias*, 4 de abril de 1905.

³⁹. “Sede de sangue – No morro da Favela – Três facadas”, *Correio da Manhã*, 17 de setembro de 1902.

⁴⁰. “A revolver”, *Gazeta de Notícias*, *op. cit.*

⁴¹. Casos de rivalidade entre portugueses e brasileiros na Primeira República foram abordados por Ribeiro (1987).

⁴². Através do Decreto nº 974, de 20 de novembro de 1903, o legislativo municipal autorizou o prefeito a demarcar uma área nos limites da qual ficaria proibida a cultura de hortas e a plantação de capim, fixando prazo para que cessassem as existentes. O Decreto nº 492, de 3 de agosto de 1904, veio a proibir o plantio de capinzais, tanto de uso particular como para comércio, e o das hortas de comércio em um extenso perímetro urbano, que na

Zona Sul ia até Botafogo e o alto da Rua Humaitá, limite do distrito da Lagoa. Portanto, a horta de Francisco Romano do Espírito Santo, no Leme, encontrava-se exatamente na fronteira das áreas proibidas para o plantio (Benchimol, 1990, p. 282).

⁴³. “Por amor. Uma moça que se envenena”, *Gazeta de Notícias*, 29 de junho de 1905.

⁴⁴. “Menor queimada”, *Jornal do Commercio*, 23 de maio de 1905.

⁴⁵. “Prefeitura”, *Jornal do Brasil*, 19 de novembro de 1905.

⁴⁶. “Pelos pobres!”, *Jornal do Brasil*, 26 de novembro de 1905.

⁴⁷. *Idem*.

⁴⁸. *Idem*.

⁴⁹. *Idem*.

⁵⁰. “O Palácio do Congresso e o morro do Castelo”. *Jornal do Brasil*, 22, 27 e 29 de junho de 1906. Em 1905, o periódico também afirmou que “o morro do Senado poderia ser cortado desde já” (“Avenida Mem de Sá”, *Jornal do Brasil*, 22 de junho de 1905).

⁵¹. Ao analisar o jornal *O Estado de S. Paulo* na virada do século XIX para o XX, Ana Gomes Porto (2003, p. 155) ressaltou a relação entre classes pobres e “classes perigosas” nas notícias de crime.

⁵². “Contra os vadios”, *O Paiz*, 6 de junho de 1905.

⁵³. “Notas e notícias”, *Gazeta de Notícias*, 13 de julho de 1905.

⁵⁴. “Agressões e ferimentos – À navalha”, *Correio da Manhã*, 12 de abril de 1905.

⁵⁵. “Assassinato”, *Correio da Manhã*, 26 de abril de 1905.

⁵⁶. “Ainda o ‘Cardosinho’ – Charivari medonho – Fuga, tiros – Uma morte”, *Correio da Manhã*, 12 de maio de 1905. Na temida Saúde, Cardosinho rivalizava em fama apenas com Camisa Preta. Em um texto da década de 1920 sobre o aludido bairro, escrito pelo já citado Tito da Praia, lemos a afirmação de que Cardosinho e Camisa Preta haviam sido, respectivamente, o príncipe e o rei da valentia (“A alma encantadora e bárbara do Rio”, *Vida Policial*, 24 de setembro de 1926).

⁵⁷. “Anthenor Moleque, Tripa limpa & C. Facada”, *Gazeta de Notícias*, 29 de junho de 1905.

⁵⁸. “Um assalto”, *Correio da Manhã*, 27 de abril de 1905.

⁵⁹. “Que fazer? – De Herodes para Pilatos – Depois de morta – Sem cova – Com o gabinete médico”, *Correio da Manhã*, 25 de junho de 1905.

⁶⁰. “Sede de sangue – No morro da Favela – Três facadas”, *Correio da Manhã*, *op. cit.*

⁶¹. “Navalhada”, *Correio da Manhã*, 26 de maio de 1902.

⁶². “Sátiro sanguinário”, *Correio da Manhã*, 27 de maio de 1902.

⁶³. A necessidade de apontar para uma tradição de pensamento sobre as favelas, no período que antecede o desenvolvimento das ciências sociais e da universidade no Brasil, foi pioneiramente explicitada por Valladares (2000).

⁶⁴. “Homicídio”, *Correio da Manhã*, 04 de janeiro de 1902.

Referências bibliográficas:

Correio da Manhã – 1902, 1905, 1907, 1908.

Gazeta de Notícias – 1905.

Jornal do Brasil – 1905, 1906.

Jornal do Commercio – 1905

O Paiz – 1905.

Renascença – 1905.

Vida Policial – 1926.

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas no Rio de Janeiro. **Espaço & Debates**. vol. 14, nº 37, 1994.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. Rio de Janeiro: O Globo/ Klick Editora. S/D.

BACKHEUSER, Everardo. Onde moram os pobres. **Renascença**, nº 13, março de 1905.

BANDEIRA, Manuel. “Poema tirado de uma notícia de jornal”. In: BANDEIRA, Manuel. **Estrela da vida inteira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio. Imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARRETO, Lima. **Feiras e mafuás**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.

BRETAS, Marcos. **A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CAMINHA, Adolfo. **Bom-Crioulo**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1991.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GUIMARÃES, A. P. **As classes perigosas**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HABITAÇÕES POPULARES. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

- JABOR, Arnaldo. “Vamos fundar o PRJ – Partido do Rio de Janeiro”. **O Globo**, 15 de março de 2005.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia Aquino, STANLEY, Myrian (1989). *Questão habitacional e movimento operário*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Contravenções no Rio de Janeiro do início do século. **Revista Rio de Janeiro**, nº 1, 1993.
- MATTOS, Romulo Costa. Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República. Dissertação de Doutorado em História Social, Departamento de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2008.
- NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. **Revista Tempo**, vol. 2, nº 3, 1997.
- NEVES, Margarida de Souza. O bordado de um tempo. (A história na estória de *Esau e Jacó*). **Tempo Brasileiro**, nº 81, 1985.
- PERDIGÃO, Sergio Bruno Alves. Do cortiço à favela. História da construção da identidade da habitação popular na cidade do Rio de Janeiro (1900-1930). Dissertação de Mestrado em História Social, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.
- PORTO, Ana Gomes. Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa no prelúdio republicano. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- RIBEIRO, Gladys Sabina; ESTEVES, Martha. Cenas de Amor – Histórias de nacionais e imigrantes. **Revista Brasileira de História**, vol. 9, nº 18, 1989.
- _____. “Cabras” e “pés-de-chumbo”: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SILVA, Marly Motta. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana 1890 -1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- TERRA, Paulo Cruz. Tudo que transporta e carrega é negro? Carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870). Dissertação de Mestrado em História Social, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** (vol. III). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VALLADARES, Licia do Prado. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (org.). **Corporativismo e desigualdade. A construção do espaço público no Brasil.** IUPERJ/ Rio Fundo Editora, 1991.
- _____. A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** vol. 15, nº 44, out., 2000.
- VAZ, Lilian Fessler. Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas no Rio Antigo. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.